

Amagis

NA IMPRENSA

SETEMBRO DE 2010

AMATRA (SITE) • 13 DE AGOSTO DE 2010



Presidente da Amatra3 visita Amagis

Foto: Georgia Baçvaroff



Presidente da Amagis, Bruno Terra conversa com presidente da Amatra3, João Bosco Coura

XXI", afirmou.

Para o juiz João Bosco Coura, encontros desta natureza são importantes "para estreitar as relações e debater as questões de interesse comum, que não são poucas."

O presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), juiz Bruno Terra, recebeu, na manhã desta sexta-feira (13), o presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho – 3ª Região (Amatra 3), juiz João Bosco de Barcelos Coura, na sede da Amagis.

Na ocasião, os magistrados debateram assuntos de interesse comum, entre eles a necessidade de um novo Estatuto da Magistratura. O Ano Temático 2010 e o debate que acontecerá na Amagis no próximo dia 20 de agosto também foram assunto do encontro.

O juiz Bruno Terra destacou a importância da união da classe e da boa relação entre as instituições. "Foi um grande prazer receber o presidente da Amatra, um colega extremamente sensível à causa da magistratura. A mobilização da classe é muito importante para as grandes questões que se avizinham e que darão os contornos do Poder Judiciário para o restante das nossas carreiras e para a cidadania no decorrer do século

TJMG (SITE) • 9 DE AGOSTO DE 2010



Notícias

09/08/2010 - TJ debate vitaliciedade e ética

Renata Mendes



CURSO: o presidente Cláudio Costa (no centro) e os desembargadores Herculano Rodrigues e Jane Silva falam sobre ética

A vitaliciedade na magistratura está ligada à ética, um dever que deve ser cumprido diariamente pelo magistrado na vida pessoal e profissional. No intuito de destacar a importância de princípios éticos, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), através da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), deu início hoje, 09 de agosto, ao "Curso de Aperfeiçoamento para Magistrados Vitaliciandos – Vitaliciar".

O curso tem como objetivo prestar acompanhamento e suporte aos juízes substitutos no período de vitaliciamento e aos juízes vitaliciados para melhor desempenho das atividades. A abertura foi realizada pela desembargadora Jane Silva, superintendente adjunta da Ejef, que agradeceu a presença de membros do Comitê Técnico da escola judicial e do presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), juiz Bruno Terra Dias. O juiz destacou que a Amagis não

poderia deixar de estar presente, pois é uma Associação que defende os direitos da magistratura.



Quinta-feira, 5 de agosto de 2010

Migalhas quentes

Sorteio de obra



A 3ª edição da "**Revista Amagis Jurídica**" (Del Rey - 243p.), publicação semestral dirigida pela desembargadora **Jane Ribeiro Silva** e pelo juiz **Gilson Soares Lemes**, objetiva promover o debate técnico e teórico, para renovar o conteúdo do cotidiano da magistratura, além de buscar o aperfeiçoamento intelectual e profissional da prestação jurisdicional.

Lançada no dia 22/7, a nova edição traz artigos sobre temas como Juizados Especiais, Cumprimento de Penas Privativas de Liberdade em Meio Aberto, Apacs e ECA, entre outros. Além de magistrados da capital mineira, participaram dessa edição juizes de Governador Valadares, Muriaé, Montes Claros e Juiz de Fora.

Aprovada pelos magistrados desde a primeira edição, Amagis Jurídica é vista como um espaço para que os juizes demonstrem seus conhecimentos e os divulguem para todo o país, e como uma forma de aprimoramento humanístico e jurídico do magistrado mineiro.

Um dos diretores da revista, o juiz Gilson Soares destacou a importância da participação dos colegas na elaboração da Amagis Jurídica. *"Além de permitir o aperfeiçoamento jurídico, ela mostra à comunidade pontos de vista relativos a matérias de grande importância que, muitas vezes, não podem ser debatidas nos autos de forma aprofundada"*, afirmou o juiz, parabenizando a Amagis por mais esse lançamento e agradecendo a todos os magistrados que contribuíram para esta edição.

O desembargador Caetano Levi, membro do Conselho Editorial da Amagis Jurídica, falou em nome da desembargadora Jane Silva, uma das diretoras da publicação, que não pôde comparecer ao lançamento. *"É uma grande honra representar a desembargadora neste evento tão importante que é o lançamento de mais um número de nossa revista. Estávamos necessitando mesmo de um canal para veicularmos nossas posições e pensamentos. Respeitamos todos os estados da federação, mas, convenhamos, nós mineiros temos o Direito no sangue"*, afirmou ele, destacando que *"o apoio inestimável da Editora Del Rey e o patrocínio da Cemig proporcionaram a continuidade do trabalho"*.

O presidente da Amagis, juiz Bruno Terra, afirmou ser uma honra entregar mais um número da Amagis Jurídica aos magistrados. *"Minas Gerais tem a tradição do diálogo, da tolerância de conviver com as diversidades e saber superar as adversidades. É isso que vem sendo cimentado nesta Casa de magistrados que pode, com toda felicidade, abraçar advogados, promotores de justiça, defensores públicos e outros profissionais de diversas áreas que conosco contribuem e são recebidos, acolhidos e respeitados. A Amagis Jurídica é uma conquista da nossa classe e, por ser tão nossa, é necessário dizer que não podemos nos descuidar dela"*, afirmou o Bruno Terra, que convidou ainda os colegas a participarem das próximas edições.

Lançamento

Diversos magistrados participaram do lançamento da revista, que foi realizado no Parque Esportivo da Amagis. A 3ª vice-presidente do TJMG, desembargadora Márcia Milanez, representou o Tribunal no evento.



👉 **Ganhadora :**

Michele Moura da Silva, assistente jurídico da Volkswagen do Brasil, de São Bernardo do Campo/SP

JUSBRASIL (SITE) • 21 DE AGOSTO DE 2010

Notícias

Ano Temático - Magistratura debate democracia interna

Extraído de: Associação dos Magistrados Mineiros - 21 de Agosto de 2010

A Democratização das Relações Internas no Poder Judiciário foi o tema do segundo debate do Ano Temático 2010, realizado pela Amagis nesta sexta-feira, 20, com a participação dos candidatos à presidência da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), o desembargador paulista Nelson Calandra e o juiz maranhense Gervásio Santos.

Ano Temático será transmitido ao vivo pelo site da...

Nesta segunda edição do Ano Temático 2010, projeto da Amagis cujo objetivo é possibilitar que os magistrados mineiros possam contribuir, a partir do diálogo, para o fortalecimento da magistratura nacional, os trabalhos também foram mediados pelo vice-presidente Administrativo da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, e os debatedores foram os juizes Lailson Braga Baeta Neves, assessor especial da Presidência, e a juíza Maria Luíza Santana Assunção, diretora-secretária da Associação.

Na abertura do evento, o presidente da Amagis, juiz Bruno Terra, demonstrou a coerência entre o tema proposto para o evento e a postura da diretoria da Amagis, que, em relação às eleições da AMB, optou por não sugerir nenhuma candidatura à classe, certa de que a magistratura mineira possuiu maturidade política para se fortalecer com a convivência de opiniões divergentes. Democracia não se faz com silêncio, o silêncio é próprio dos regimes autoritários, afirmou Bruno Terra.

Estatuto da Magistratura

Com a indicação de que o presidente do STF, ministro Cezar Peluso, pretende encaminhar ao Congresso Nacional a proposta de um novo Estatuto da Magistratura, as mudanças na Lei Orgânica da Magistratura Nacional foram um dos temas abordados pelos palestrantes.

Segundo o desembargador Nelson Calandra, se a proposta do novo Estatuto for remetida nos próximos meses ao Congresso, dificilmente a magistratura irá obter avanços, pois, para ele, novas conquistas só serão possíveis a partir de um debate firme com as lideranças parlamentares, demonstrando a unicidade da magistratura. Quando falamos de democracia interna no Judiciário, antes de mais nada, temos de falar de democracia para os juizes e juízas, disse Calandra sobre a necessidade de mudanças no Poder Judiciário.

Após fazer um balanço sobre os avanços obtidos pela classe na constituição de 1988, como a conquista da autonomia administrativa e financeira dos tribunais de justiça, o juiz Gervásio Santos apontou a necessidade de avanços, como eleições diretas nos tribunais, a fim de que seja fortalecida a democracia interna do Judiciário. Através do Estatuto da Magistratura, poderemos começar a democratizar sim o Poder Judiciário. E, para isso, precisamos ter uma posição proativa, concluiu.

Repercussão

Em seguida à intervenção dos palestrantes, os debatedores repercutiram as questões junto à plateia. A juíza Maria Luíza Assunção, lembrou que as instituições não estão prontas, estão em constante construção, destacando assim a necessidade do debate. Para a juíza, a democracia no Judiciário só é possível com uma magistratura independente e participativa.

De acordo com o juiz Lailson Braga, se o Poder Judiciário não democratizar suas relações internas, ele corre o risco de se tornar um poder falacioso, incapaz de zelar pela democracia do país, já que vive com a contradição de que suas relações internas não possuem o necessário equilíbrio democrático.

O debate foi transmitido via web, para que magistrados de todo o país pudessem acompanhar a discussão, garantido mais uma vez a coerência entre as propostas da diretoria da Amagis e suas ações.

HOJE EM DIA (BH) • 13 DE AGOSTO DE 2010

BELO HORIZONTE, SEXTA-FEIRA, 13/8/2010 HOJE EM DIA - geral@hojeemdia.com.br

32 Geral

MINAS EM DIA
MÁRCIO FAGUNDES

» Os magistrados mineiros dissecam o tema "Democratização das relações internas no Poder Judiciário", dia 20, na sede da Amagis, em BH. Entre os participantes, os candidatos à presidência da Associação dos Magistrados Brasileiros, o juiz maranhense Gervásio Protásio dos Santos e o desembargador paulista Henrique Nelson Calandra, em eleições previstas para novembro.

AMPB, ASMEGO, JUSBRASIL, APAMAGIS, AMAB (SITE) • 16 A 24 DE AGOSTO DE 2010

AMPB

Ano Temático - Magistratura debate democracia interna

24/08/10



A "Democratização das Relações Internas no Poder Judiciário" foi o tema do segundo debate do "Ano Temático 2010", realizado pela Amagis na última sexta-feira, 20, com a participação dos candidatos à presidência da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), o desembargador paulista Nelson Calandra e o juiz maranhense Gervásio Santos.

Nesta segunda edição do Ano Temático 2010, projeto da Amagis cujo objetivo é possibilitar que os magistrados mineiros possam contribuir, a partir do

diálogo, para o fortalecimento da magistratura nacional, os trabalhos foram mediados pelo vice-presidente Administrativo da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, e os debatedores, os juízes Lailson Braga Baeta Neves e Maria Luiza Santana Assunção.

Na abertura do evento, o presidente da Amagis, juiz Bruno Terra, demonstrou a coerência entre o tema proposto para o evento e a postura da diretoria da Amagis, que, em relação às eleições da AMB, optou por não sugerir nenhuma candidatura à classe, certa de que a magistratura mineira possui maturidade política para se fortalecer com a convivência de opiniões divergentes. "Democracia não se faz com silêncio, o silêncio é próprio dos regimes autoritários", afirmou Bruno Terra.

Notícias | 16 de agosto de 2010

Amagis debate eleições



Amagis debate eleições na AMB

A Democratização das Relações Internas no Poder Judiciário é o tema da 2ª etapa do Ano Temático 2010, promovido pela Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), com o objetivo de discutir temas de interesse da magistratura estadual.

O encontro será realizado no próximo dia 20 de agosto, na sede da Associação, em Belo Horizonte, e terá a participação dos candidatos à presidência da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) juiz maranhense Gervásio Protásio dos Santos e desembargador paulista Henrique Nelson Calandra. Participarão como debatedores os juízes mineiros Lailson Braga Baeta Neves e Maria Luiza Santana Assunção. O mediador será o desembargador Herbert Carneiro, do TJMG.

AMAGIS DEBATE ELEIÇÕES NA AMB
Seg, 16 de Agosto de 2010 12:39

"É de grande importância a discussão sobre a democracia interna da magistratura vigente ou necessária, o que é de interesse de toda a magistratura estadual."

A Democratização das Relações Internas no Poder Judiciário é o tema da 2ª etapa do Ano Temático 2010, promovido pela Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), com o objetivo de discutir temas de interesse da magistratura em âmbito nacional, com enfoque na magistratura estadual.

A primeira etapa do Ano Temático 2010, promovida pela Associação Paulista de Magistrados, ocorreu no dia 17. agosto. 2010 / Ano Temático 2010
Amagis debate eleições na AMB

A Democratização das Relações Internas no Poder Judiciário é o tema da 2ª etapa do Ano Temático 2010, promovido pela Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), com o objetivo de discutir temas de interesse da magistratura estadual. O encontro será realizado no próximo dia 20 de agosto, na sede da Associação, em Belo Horizonte, e terá a participação dos candidatos à presidência da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) juiz maranhense Gervásio Protásio dos Santos e desembargador paulista Henrique Nelson Calandra. Participarão como debatedores os juízes mineiros Lailson Braga Baeta Neves e Maria Luiza Santana Assunção. O mediador será o desembargador Herbert Carneiro, do TJMG.

Ano Temático será transmitido ao vivo pelo site da Amagis - Teste seu computador

Extraído de: Associação dos Magistrados Mineiros - 20 de Agosto de 2010

O segundo debate do Ano Temático 2010 será transmitido pela internet, através do site da Amagis. O evento acontece hoje, 20 de agosto, com horário de início previsto para as 18h30.

Basta clicar aqui. Você será encaminhado a uma página, onde poderá fazer testes para verificar o funcionamento do sistema. Pode-se fazer uma simulação. É recomendável que isso seja feito com antecedência. Todas as informações técnicas estão nessa página, inclusive o que fazer em caso de erros.



Seg, 23 de Agosto de 2010

AMAGIS DEBATE ELEIÇÕES NA AMB

Ter, 17 de Agosto de 2010 13:59 Asscom



A Democratização das Relações Internas no Poder Judiciário é o tema da 2ª etapa do Ano Temático 2010, promovido pela Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), com o objetivo de discutir temas de interesse da magistratura em âmbito nacional, com enfoque na magistratura estadual. O encontro será realizado no próximo dia 20 de agosto, na sede da Associação, em Belo Horizonte, e terá a participação dos candidatos à presidência da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) juiz maranhense Gervásio Protásio dos Santos e desembargador paulista Henrique Nelson Calandra. Participarão como debatedores os juizes mineiros Lailson Braga Baeta Neves e Maria Luiza Santana Assunção. O mediador será o

"É de grande importância o debate sobre este tema, se estamos contentes com o modelo vigente ou necessitamos de alterações no ordenamento", disse o presidente da Amagis, juiz Bruno Terra, referindo-se ao tema da 2ª fase do Ano Temático. Além de levantar temas de interesse de toda magistratura, os debates promovidos pela Amagis fomentam a troca de ideias e a crítica sobre o futuro Judiciário nacional. A primeira etapa do Ano Temático foi realizada em maio deste ano e teve como expositores o deputado federal José Genoíno, do PT de São Paulo, e o desembargador Reynaldo Ximenes, do TJMG, debatendo sobre "Verticalização e Concentração de Poderes nos Tribunais Superiores". O Ano Temático terá outro encontro ainda em 2010 e se estenderá pelos próximos dois anos.

Data: 20 de agosto de 2010

Tema: Democratização das Relações Internas do Poder Judiciário

Local: Salão de festas da Amagis (Rua Ouro Fino, 367 – Belo Horizonte)

Horário: 18h30

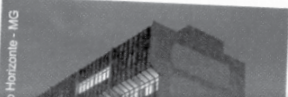
Inscrições: imprensa@amagis.com.br (Vagas limitadas)

Mais informações na Assessoria de Comunicação da Amagis(31) 3079-3487 / 3453 - Georgia Baçvaroff

Amagis debate eleições na AMB

terça-feira, 17 de agosto de 2010

A Democratização das Relações Internas no Poder Judiciário é o tema da 2ª etapa do Ano Temático 2010, promovido pela Associação dos Magistrados (Amagis), com o objetivo de discutir temas de interesse da magistratura em âmbito nacional, com enfoque na magistratura estadual. O encontro será realizado no próximo dia 20 de agosto, em Belo Horizonte, na sede da Associação, com a participação dos candidatos à presidência da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) juiz maranhense Gervásio Protásio dos Santos e desembargador paulista Henrique Nelson Calandra. Participarão como debatedores os juizes mineiros Lailson Braga Baeta Neves e Maria Luiza Santana Assunção. O mediador será o desembargador Herbert Carneiro, do TJMG.



Poder Judiciário - Amagis promove debate nacional

Leo Rocha

Data: 09/08/2010

Candidatos à presidência da AMB se encontram em Belo Horizonte

A Democratização das Relações Internas no Poder Judiciário é o tema da 2ª fase do Ano Temático 2010, promovido pela Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), com o objetivo de discutir temas de interesse da magistratura em âmbito nacional, com enfoque na magistratura estadual. O encontro será realizado no próximo dia 20 de agosto, no salão de festas da Amagis, em Belo Horizonte, com a participação dos candidatos à presidência da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) juiz maranhense Gervásio Protásio dos Santos e desembargador paulista Henrique Nelson Calandra. Participarão como debatedores: a juíza mineira Maria Luiza Santana Assunção e o juiz mineiro Lailson Braga Baeta Neves. O mediador será o desembargador Herbert Carneiro, do TJMG.

Amagis debate eleições na AMB

17/08/10

A Democratização das Relações Internas no Poder Judiciário é o tema da 2ª etapa do Ano Temático 2010, promovido pela Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), com o objetivo de discutir temas de interesse da magistratura em âmbito nacional, com enfoque na magistratura estadual. O encontro será realizado no próximo dia 20 de agosto, na sede da Associação, em Belo Horizonte, e terá a participação dos candidatos à presidência da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) juiz maranhense Gervásio Protásio dos Santos e desembargador paulista Henrique Nelson Calandra. Participarão como debatedores os juizes mineiros Lailson Braga Baeta Neves e Maria Luiza Santana Assunção. O mediador será o desembargador Herbert Carneiro, do TJMG.

"É de grande importância o debate sobre este tema, se estamos contentes com o modelo vigente ou necessitamos de alterações no ordenamento", disse o presidente da Amagis, juiz Bruno Terra, referindo-se ao tema da 2ª fase do Ano Temático. Além de levantar temas de interesse de toda magistratura, os debates promovidos pela Amagis fomentam a troca de ideias e a crítica sobre o futuro Judiciário nacional. A primeira etapa do Ano Temático foi realizada em maio deste ano e teve como expositores o deputado federal José Genoíno, do PT de São Paulo, e o desembargador Reynaldo Ximenes, do TJMG, debatendo sobre "Verticalização e Concentração de Poderes nos Tribunais Superiores". O Ano Temático terá outro encontro ainda em 2010 e se estenderá pelos próximos dois anos.

Relações internas no Poder Judiciário serão debatidas na Amagis

Extrato de: Associação dos Magistrados Mineiros - 15 de Agosto de 2010

Na próxima sexta-feira (20/08), a Amagis realizará mais um debate do Ano Temático 2010. Desta vez, o evento contará com a participação dos candidatos à presidência da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB): juiz Gervásio Protásio dos Santos e desembargador Henrique Nelson Calandra.

Os candidatos debaterão o tema Democratização das Relações Internas no Poder Judiciário. O evento terá como debatedores a juíza Maria Luiza Santana Assunção e o juiz Lailson Braga Baeta Neves. O mediador será o desembargador Herbert Carneiro. A 2ª etapa do Ano Temático 2010 será realizada no salão de festas da Amagis (Rua Ouro Fino, 367 Belo Horizonte), às 18h30. O acesso é gratuito e podem ser feitas pelo e-mail: amagis@amagis.com.br. O e-mail está protegido contra spam bots. pelo que o endereço não será publicado para poder visualizar o endereço de email As vagas são limitadas.

Série de debates promovidos pela Amagis, com o objetivo de discutir temas de interesse da magistratura em âmbito nacional, com enfoque na magistratura estadual, fomentando a troca de ideias e a crítica sobre o futuro Judiciário nacional.

Realizado em maio deste ano e teve como expositores o deputado federal José Genoíno, do PT de São Paulo, e o desembargador Reynaldo Ximenes, do TJMG, debatendo sobre "Verticalização e Concentração de Poderes nos Tribunais Superiores". O Ano Temático terá outro encontro ainda em 2010 e se estenderá pelos próximos dois anos.



80 ANOS de luta e cidadania

OAB cumpre dever de salvaguardar as prerrogativas profissionais e defende a liberdade e a democracia no país

Tatiana Maia

A Ordem dos Advogados do Brasil que hoje congrega 27 seccionais e 712.263 profissionais e estagiários foi criada no momento em que o país aspirava renovação e modernização, após a Revolução de 30. Com a vitória do movimento armado que levou Getúlio Vargas ao poder, um dos primeiros atos assinados pelo novo presidente foi o Decreto nº 19.408, no dia 18 de novembro de 1930, que determinou a criação da OAB.

Com a missão primeira de selecionar e disciplinar os advogados, a entidade, ao longo dessas oito décadas, se pautou na defesa das prerrogativas profissionais da classe. Sobre o papel institucional da OAB, o ex-presidente da Seccional mineira por quatro mandatos, Raimundo Cândido Júnior, liderança política entre os advogados, enfatizou a necessidade de a Ordem sempre primar pela renovação da classe e sua integração, pela valorização da profissão e pela consolidação da democracia plena na entidade.

"O compromisso da OAB é também o da defesa da cidadania, lutando pelo cumprimento da Constituição da República, pelo aperfeiçoamento da legislação, especialmente a processual, pela melhoria da prestação jurisdicional e nas grandes campanhas de mobilização em prol dos movimentos sociais, de combate às drogas, da diminuição da violência urbana, do resgate do respeito e da moralidade administrativa", declarou o presidente da OAB de Minas Gerais, Luís Cláudio Chaves

A Ordem pertence aos advogados e ao Brasil

No entanto, a OAB tem atuado além das suas funções institucionais. Presente nas grandes questões em pauta no país - defendendo a ordem jurídica, o Estado Democrático de Direito e a liberdade -, a Ordem se firmou como uma das entidades mais importantes da sociedade civil brasileira, testemunhando e participando dos momentos históricos. Exemplo disso foi a luta da OAB no tocante à ditadura militar. A entidade trabalhou em prol dos direitos humanos então violados pelo regime, especialmente contra as prisões arbitrárias e torturas, e apoiou a sociedade civil organizada no projeto político de redemocratização do país, movimento conhecido como "Diretas Já". Um dos momentos históricos foi quando o advogado mineiro Sobral Pinto, então membro do Conselho Federal, em cima do palanque durante o famoso Comício da Candelária, no Rio de Janeiro, falou para milhares de pessoas: "Este movimento não é contra ninguém. Este movimento é a favor do povo."

Todo poder emana do povo, e em seu nome deve ser exercido. Era a OAB presente numa das maiores manifestações políticas da história do país defendendo a democracia e a liberdade.

Bruno Terra Dias

Presidente da Associação dos Magistrados Mineiros - Amagis

"A Ordem dos Advogados do Brasil completa 80 anos de existência e, muito mais do que uma entidade que congrega profissionais de um determinado ramo, é autenticamente um dos sustentáculos da democracia brasileira. Nenhuma outra entidade de classe tem reconhecimento constitucional e atribuições que o Direito brasileiro lhe confere. Entidade sui generis, não se esquivou da luta pela redemocratização do país, mesmo nos momentos mais delicados da vida da nossa república. A esta entidade, por tudo que representa, as nossas mais sinceras homenagens e o desejo de que continue a ser, através dos tempos, sustentáculo dos melhores valores democráticos e de cidadania, futuro de uma nação que almeja, muito mais do que prosperidade material, alcançar a prosperidade institucional, que somente se alcança no franco debate de ideias, na tolerância com as diversidades e na sapiência para superar adversidades. Todas essas são qualidades ostentadas historicamente pela OAB. Que assim permaneça. Parabéns!"



19 • 80 ANOS

MGTV PANORAMA - JUIZ DE FORA (SITE) • 27 DE AGOSTO DE 2010

Por **MGTV Panorama** de Juiz de Fora

Evento foi promovido pela Escola Judiciária Eleitoral

Foi realizado nesta sexta-feira (27), na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), de Juiz de Fora, o I Seminário Eleitoral do Vale do Paraibuna. O evento foi promovido pela Escola Judiciária Eleitoral, com o apoio da Associação dos Municípios da micro região do Vale do Paraibuna (Ampar), e da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis).

Participaram do seminário juizes e promotores eleitorais, servidores da justiça e estudantes de direito. Ao longo do dia foram realizados debates para preparar e orientar a sociedade civil sobre a aplicação da legislação eleitoral.

Entre os palestrantes, o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Carlos Mário da Silva Velloso, que falou sobre a lei da 'Ficha Limpa', que entrou em vigor este ano. O ex-ministro ressaltou que ela é cercada de três questões polêmicas que podem deixar brechas. A interpretação gramatical do texto, a constitucionalidade da legislação e o princípio da anualidade, previsto no artigo XVI da Constituição Brasileira. Segundo este artigo, a lei só poderia ser aplicada nas eleições de 2012.

Apesar das divergências, o ministro considera a lei da 'Ficha Limpa' uma vitória do povo brasileiro.



PEQUERI - JUIZ DE FORA (SITE) • 30 DE AGOSTO DE 2010

Notícias

Seminário Eleitoral do Vale do Paraibuna acontece em Juiz de Fora

Servidor da Prefeitura participou, no dia 27, do Seminário Eleitoral do Vale do Paraibuna, no auditório da OAB, em Juiz de Fora. O evento é promovido pela Escola Judiciária Eleitoral Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, pela Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) e pela Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paraibuna (Ampar) e tem o objetivo de prestar esclarecimentos, preparar e orientar os profissionais envolvidos com o processo eleitoral, bem como a sociedade civil, para a aplicação da legislação eleitoral, por meio das resoluções do TSE editadas para as eleições de 2010.

A abertura do seminário foi feita pelo diretor executivo da Escola Judiciária Eleitoral, juiz José do Carmo Veiga, que falou sobre a importância da realização do evento no interior de Minas. "Este seminário é de suma importância para o conhecimento sobre a questão do processo eleitoral. Estamos trazendo informações e investindo na qualificação, no aperfeiçoamento, na troca de ideias, no envolvimento das pessoas no processo com o objetivo de buscar na sociedade maior interesse para formatar sua consciência", disse.

O presidente da Amagis, juiz Bruno Terra, agradeceu a todos os presentes e parceiros na realização do evento. "A Amagis sente-se feliz e distinguida em ser parceira da Escola Judiciária Eleitoral Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira nessa iniciativa que se expande para além das fronteiras do Judiciário mineiro, que congrega toda sociedade mineira, descentralizando nos pólos das diversas regiões de Minas Gerais, esse estado país que nos acolhe em nossa diversidade, na multiplicidade da nossa formação histórico-político-institucional", afirmou o magistrado.

O ministro Carlos Velloso, ex-presidente do STF, participou da abertura do seminário e saudou a todos os presentes e responsáveis pela realização do evento. O ministro foi o primeiro palestrante do dia e falou sobre a Lei Complementar 135/2010, a Lei da Ficha Limpa. De acordo com ele, tudo o que foi feito a respeito dessa lei foi em nome da democracia, "o melhor dos regimes políticos e o mais difícil de ser praticado por ser o regime dos povos maiores".

Segundo o palestrante, a Lei da Ficha Limpa representa um avanço no sentido da observância das éticas políticas. O seminário foi realizado no auditório da OAB-MG, seção Juiz de Fora e contou com a presença de magistrados da capital e do interior, membros do Ministério Público, advogados, estudantes, candidatos, representantes de partidos e da sociedade civil.

Os temas das palestras realizadas em Juiz de Fora foram: a Lei Complementar 135/2010, proferida pelo ministro Carlos Velloso; voto do preso provisório, proferida pelo juiz José do Carmo Veiga de Oliveira; a propaganda eleitoral e o direito de resposta, proferida pela advogada e professora Maria Cláudia Bucchianeri Pinheiro; captação ilícita de sufrágio e condutas vedadas, proferida pelo promotor de justiça Edson de Resende Castro; e recursos nas campanhas eleitorais, proferida pelo secretário de Controle Interno do TRE-MG, Adriano Denardi.

Carta à magistratura

MINISTRO PAULO MEDINA

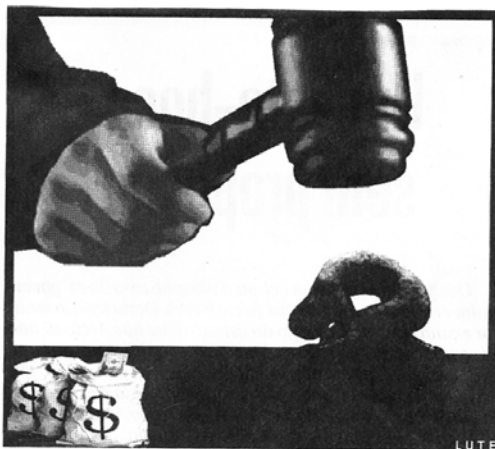
Tenho 43 anos de magistratura. Todos os degraus em minha carreira, eu os percorri, fazendo com humildade e dignidade. Juiz de Direito em Minas Gerais, juiz do Tribunal de Alçada, desembargador, corregedor-geral de Justiça e ministro do Superior Tribunal de Justiça, presidente de uma das suas Turmas Criminais, professor de Direito Penal e Direito Processual Penal. Não sou juiz de sentenças vendidas ou de propinas pagas. Sou magistrado e nas pegadas do caminho estão as marcas definitivas de minha retidão e caráter, honra e trabalho.

Estou sendo acusado do crime mais grave imputado ao juiz: corrupção passiva. Também, prevaricação. Nunca pratiquei em toda minha vida ato de corrupção.

Abomino os que se corrompem, os subversivos e os pusilânimes. Sou juiz de um só tempo: o tempo de minha vida.

Fui julgado pelo Conselho Nacional de Justiça. Impuseram-me a pena de aposentadoria compulsória. Cumpro-me reagir, tomado de indignação à decisão do Colegiado. Ao fazê-lo, ressalto que não estarei a descumprir decisão do órgão maior; não estarei a buscar nos órgãos de comunicação os debates que poderiam nascer da afrontosa deliberação do Conselho Nacional de Justiça. Ali, meu advogado, dr. Antônio Carlos de Almeida Castro, tomará as iniciativas que se fizerem necessárias ao resguardo do meu direito. Contudo, não posso permanecer em silêncio, emudecer a minha voz.

O meu julgamento foi uma farsa de cumprimento da lei. Acusado por dois fatos perfeitamente identificados e extremamente resumidos, o Colegiado afirmou que não estava apontando prova de minha corrupção, isto é, não estava apontando quem me pagou, quanto pagou e onde pagou para obter uma decisão liminar favorável aos interesses de um grupo criminoso. De qualquer modo, o Conselho, acolhendo interpretação do corregedor, ministro Dipp, decretou-me a aposentadoria compulsória, fazendo-o porque não mais possuía "reputação ilibada". Antes, desmoralizaram-me e, agora, estão a arguir, apesar da inexistência de prova, que não poderia retornar ao exercício do cargo de juiz.



Rompeu o Conselho princípios elementares e impostergáveis inseridos no texto da Carta Maior: a presunção do estado de inocência; sustentou e votou para que se impusessem penas alicerçadas em frágeis provas que não autorizavam o direito de punir.

Ao contrário do que disse o relator Gilson Dipp, também na seara administrativa não há de se arguir tipos abertos para condenar sem responsabilidade. O Estado, a administração pública e as autoridades do Poder Judiciário, especialmente o Corregedor Nacional de Justiça, não podem decretar penalidade sem a certeza plena de que o acusado praticou condutas que definem infrações disciplinares ou ilícitos penais. Para o Conselho, não bastava negar a acusação, porém deveria o juiz apresentar provas de sua inocência. Ora, o inocente não busca provas negativas. O Estado Democrático de Direito exige da acusação o ônus da prova. Mas os fatos são idênticos na esfera penal e no campo administrativo. Absolutamente idênticos. Estão a comportar julgamentos iguais.

O Corregedor Nacional de Justiça, ao pretender ampliar a visão dos fatos, fê-lo afrontando as normas do devido processo legal e ampla defesa. Condenou sem prévia e específica acusação.

Ao exame da apuração que está no Inquérito e no PAD, ao prolatar o seu voto no Supremo Tribunal Federal, afirmou a ministra Carmem Lúcia: "Não existem indícios contra Paulo Medina."

Em verdade, nenhum indício lhe foi apontado e ao declarar igual pensamento, expressou-se o ministro Marco Aurélio: "Não existe qualquer indício contra Paulo Medina. Não existe elemento probatório mínimo contra Paulo Medina. Não há diálogo ou gravação. E, se houvesse, o procurador geral da República já teria escancarado nos autos e fora dos autos".

Por sua vez, o ministro Peluso, na qualidade de relator, explicou que recebia a acusação contra Paulo Medina porque era uma decisão provisória, onde na incerteza da dúvida mandava apurar. E na espécie, aqui, exige-se a certeza plena para condenar.

Não apresentou prova o procurador geral da República porque não havia como fazer. Assim, não há prova contra Paulo Medina. Testemunhas, perícias, gravações, grampeamentos, escutas de madrugada, nada, absolutamente nada a envolver Paulo Medina. Então, como condenar o ministro?

Volto a indagar. Onde e qualquer das provas se refere a Paulo Medina? Onde seu nome foi apontado por qualquer um dos outros denunciados ou terceiros, dizendo que teria ele envolvimento com a máfia dos caças níqueis? Onde está a prova para demonstrar que seu irmão Virgílio era estafeta de propinas pagas ou sentenças vendidas? Estou a responder: nada existe para me acusar autor ou partícipe dos fatos delituosos.

A sessão de julgamento público foi precedida de reunião secreta e dela participam somente os conselheiros. Na oportunidade, e às escondidas, resolveu o grupo que deveria condenar o ministro Paulo Medina, tornando exemplo para a magistratura, especialmente, a votação unânime dos seus membros, dando-lhe o caráter pedagógico a par de fixar diretrizes aos juizes brasileiros. Tudo combinado. Então, o presidente da sessão — que não podia votar — disse que era o ambiente em que se deu os fatos — que conduziria a votação. Anunciou ainda que os quatro votos restantes seriam pela condenação. E mais: que apressassem o julgamento, pois no local ocorreria uma solenidade do Ministério da Saúde.

E mais não permitiu que o defensor do ministro Medina voltasse a falar sobre fatos que argumentados pela acusação não faziam parte do Concerto Probatório.

Assim era o salão (ou a inquisição) que preparava e julgava Paulo Medina. E daí decidiu o Conselho (não tendo prova de corrupção) condená-lo, por não manter conduta irrepreensível na vida pública e particular.

Estimados juizes de meu país, enquanto o Conselho existir para humilhar e punir, deixando de avaliar toda a história do magistrado, advirto, nenhum juiz estará seguro para o exercício e a defesa das prerrogativas de sua profissão. Eu não fui condenado por corrupção! Eu não sou corrupto!

As minhas decisões não foram conflitantes com as anteriores (decidiam matéria diversa), uma delas discutindo direito penal, outra restringindo-se a matéria processual. Não eram lacônicas, eis que foram discutidas na prova, dispostas no conflito doutrinário e jurisprudencial, firmadas no Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

A decisão não era teratológica: apontou as três correntes doutrinárias que existem para sanar a controvérsia e numa delas fixa-se esse magistrado sobre o ensinamento de Teori Zavascki, Luiz Fux e Humberto Gomes de Barros.

Volto ao meu lar.

Afasto-me do exercício da magistratura.